

No. 47134

—
**Brazil
and
Peru**

Treaty on the transfer of convicted persons between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru. Lima, 25 August 2003

Entry into force: *25 August 2006 by notification, in accordance with article 10*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 5 February 2010*

—
**Brésil
et
Pérou**

Traité relatif au transfert de personnes condamnées entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou. Lima, 25 août 2003

Entrée en vigueur : *25 août 2006 par notification, conformément à l'article 10*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 5 février 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PRESOS ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru,
(doravante denominados “as Partes”),

Desejando, através da adoção de métodos apropriados, facilitar a reabilitação social dos presos,

Considerando que esses objetivos devem ser satisfeitos, concedendo aos nacionais estrangeiros privados de sua liberdade como resultado de um crime, a oportunidade de cumprir sua pena dentro de sua própria sociedade,

Acordam:

ARTIGO 1
Definições

Para os fins deste Tratado:

- a) “sentença” significa uma decisão judicial que impõe uma condenação;
- b) “nacional” significa, com relação às Partes, aquele cuja qualidade é-lhe reconhecida pelos seus ordenamentos constitucionais;
- c) “condenado” significa uma pessoa que cumpre pena em razão de sentença transitada em julgado exarada no território de uma das Partes;

- d) “Estado Receptor” significa o Estado para o qual o condenado pode ser ou haja sido transferido, a fim de cumprir a pena que lhe foi imposta;
- e) “Estado Remetente” significa o Estado em que se impôs a pena e do qual o condenado pode ser ou foi transferido;
- f) “Condenação” significa qualquer pena ou medida de segurança que envolva privação de liberdade no Estado Remetente ordenada por autoridade judicial, por um período de tempo limitado ou indeterminado devido a um crime.

ARTIGO 2 Princípios Gerais

1. As duas Partes acordam em prestar-se a maior cooperação possível em todas as questões relativas à transferência de pessoas condenadas, conforme as disposições deste Tratado.
2. Uma pessoa condenada no território de uma das Partes poderá ser transferida, conforme as disposições deste Tratado, ao território da outra Parte, para que possa cumprir sua pena. Para tal fim, pode expressar ao Estado Remetente ou ao Estado Receptor, seu desejo de ser transferida, de acordo com este Tratado.
3. A transferência poderá ser solicitada pelo Estado Remetente ou pelo Estado Receptor.

ARTIGO 3 Condições da Transferência

O presente Tratado será aplicado nas seguintes condições:

- a) Que o condenado seja nacional do Estado Receptor, conforme definido no inciso b do Artigo 1 deste Tratado;
- b) Que o condenado não tenha sido sentenciado à pena de morte, salvo se comutada;
- c) Que a transferência seja possível, de acordo com as leis e normas internas vigentes no Estado Remetente;
- d) Que o restante da pena pendente de cumprimento, no momento em que a solicitação for apresentada, seja de pelo menos doze meses ou indeterminado;

- e) Que a sentença seja definitiva; que todos os recursos de impugnação tenham sido esgotados; ou que o condenado tenha renunciado a todos os direitos de impugnação;
- f) Que o condenado ou seu representante legal, em seu nome, por razão de seu estado físico ou mental, solicite e consinta, por escrito, na transferência;
- g) Que os Estados Remetente e Recebedor aprovem a transferência;
- h) Que os atos ou omissões que tenham causado a condenação constituam um crime, conforme a legislação de ambas as Partes.

ARTIGO 4

Obrigação de prestar informação

1. As Partes notificarão as disposições deste Tratado a qualquer condenado a quem possa ser aplicado.
2. Se o condenado requereu ao Estado Remetente sua transferência nos termos deste Tratado, este Estado informará ao Estado Recebedor, com a maior brevidade possível, tão logo a sentença tenha transitado em julgado.
3. As seguintes informações devem ser incluídas:
 - a) nome, data e local de nascimento do condenado;
 - b) seu domicílio, caso possua, no Estado Recebedor;
 - c) descrição dos fatos em que a condenação se fundou;
 - d) a natureza, a duração e a data do começo do cumprimento da pena;
e
 - e) qualquer outra informação que o Estado Recebedor possa necessitar, para permitir-lhe considerar a possibilidade de transferência e informar o condenado e o Estado Remetente de suas conseqüências, conforme sua legislação.
4. Se o condenado manifestar ao Estado Recebedor o desejo de ser transferido, o Estado Remetente prestará àquele Estado, com a maior brevidade possível, a informação contida no parágrafo 3 deste Artigo.
5. O condenado será informado, por escrito, acerca de qualquer medida adotada pelo Estado Remetente ou pelo Estado Recebedor, com relação a seu pedido de transferência, assim como acerca de qualquer decisão adotada pelas Partes.

ARTIGO 5

Solicitação e resposta

1. A solicitação de transferência terá início mediante petição escrita, apresentada pela Autoridade Central do Estado requerente, por via diplomática, à Autoridade Central do Estado requerido.
2. Para fins de aplicação deste Tratado, a Autoridade Central será, para a República Federativa do Brasil, o Ministério da Justiça, e, para a República do Peru, o Ministério das Relações Exteriores.
3. A entrega do condenado será efetivada pelas autoridades competentes do Estado Remetente às do Estado Recebedor em local acordado pelas duas Partes. O Estado Recebedor será responsável pela custódia e transporte do condenado desde o Estado Remetente.
4. Qualquer das Partes poderá recusar a transferência do condenado.
5. Se, por qualquer razão, uma das Partes não aprovar a transferência, notificará imediatamente a outra Parte.
6. Antes de efetivada a transferência, o Estado Remetente concederá ao Estado Recebedor, se este solicitar, a oportunidade de verificar, por intermédio de funcionário designado conforme sua legislação, que o assentimento do condenado tenha sido voluntário e com pleno conhecimento das consequências legais inerentes ao ato.
7. O Estado Recebedor arcará com os custos do traslado físico do condenado, nos termos deste Tratado, exceto o custo do traslado ocorrido exclusivamente no território do Estado Remetente.

ARTIGO 6

Documentos justificativos

1. Se uma transferência for solicitada, o Estado Remetente fornecerá ao Estado Recebedor os seguintes documentos:
 - a) cópia da sentença e das normas legais aplicadas ao condenado;
 - b) atestado sobre o tempo de pena já cumprido e por cumprir;
 - c) declaração contendo o assentimento à transferência, nos termos do inciso f. do Artigo 3;
 - d) laudo médico sobre o condenado, se for o caso, contendo informação acerca de seu tratamento e qualquer recomendação relativa a seu tratamento posterior; e

e) declaração sobre a conduta do condenado durante sua permanência no estabelecimento prisional.

2. Os documentos apresentados por qualquer das Partes, conforme previsto neste Tratado, estarão isentos de legalização consular.

ARTIGO 7

Informação sobre a execução da sentença

O Estado Receptor prestará ao Estado Remetente informações sobre a execução da sentença:

- a) por solicitação do Estado Remetente;
- b) quando considerar que a pena tenha sido cumprida; ou
- c) quando o condenado evadir-se.

ARTIGO 8

Jurisdição

1. O Estado Remetente reterá a jurisdição exclusiva com relação às penas impostas e a qualquer procedimento acerca da revisão, modificação ou cancelamento das sentenças exaradas por suas autoridades judiciais. Reaterá igualmente o direito exclusivo de outorgar indulto, anistia ou graça ao condenado. Quando qualquer decisão a esse respeito lhe for comunicada, o Estado Receptor a cumprirá.

2. A pena ou medida de segurança imposta ao condenado será aplicada segundo as leis e regulamentos vigentes no Estado Receptor. A natureza ou duração da condenação imposta pelo Estado Remetente não poderá ser modificada em nenhum caso.

3. A entrega do condenado às autoridades competentes do Estado Receptor suspenderá a execução da pena no Estado Remetente.

4. O Estado Receptor não poderá continuar executando a pena no caso em que o Estado Remetente considerá-la cumprida, de acordo com suas leis e regulamentos.

ARTIGO 9

Aplicação temporal

Este Tratado é aplicável à execução de sentenças impostas antes ou depois de sua entrada em vigor.

ARTIGO 10

Ratificação, Entrada em vigor e Denúncia

1. Cada uma das Partes notificará a outra quando seus respectivos procedimentos constitucionais e legais internos, necessários à vigência deste Tratado, tenham sido concluídos. Este Tratado entrará em vigor na data da troca dos respectivos instrumentos de ratificação.
2. Qualquer das Partes poderá denunciar este Tratado, mediante comunicação por escrito à outra Parte. A denúncia tornar-se-á efetiva, transcorridos 6 (seis) meses da data de recebimento da mencionada comunicação.
3. Independentemente de sua denúncia, este Tratado continuará em vigor para a execução de sentenças de condenados que tenham sido transferidos conforme o disposto neste Tratado, antes da data da entrada em vigor da denúncia. Da mesma forma, este Tratado será aplicável às solicitações de transferências em tramitação.

Em fé do que os firmantes, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, subscrevem o presente Tratado.

Feito em Lima, em 25 de agosto de 2003, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, ambos fazendo igualmente fé.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU
Allan Wagner Tizón
Ministro das Relações Exteriores

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

TRATADO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DEL PERU Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL SOBRE LA TRANSFERENCIA DE CONDENADOS

El Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil (denominados en adelante "las Partes"),
DESEANDO a través de la adopción de métodos apropiados, facilitar la rehabilitación social de los condenados,
CONSIDERANDO que estos objetivos deben satisfacerse concediendo a los nacionales extranjeros privados de su libertad como resultado de un delito, la oportunidad de cumplir su condena dentro de su propia sociedad;
Acuerdan:

Artículo 1 Definiciones

A efectos de este Tratado:

- (a) "sentencia" significa una decisión judicial que impone una condena;
- (b) "nacional" significa, con relación a las Partes, aquel que sus ordenamientos constitucionales le reconozcan tal calidad;
- (c) "condenado" significa una persona que cumple una condena con sentencia firme emitida en el territorio de una de las Partes;
- (d) "Estado Receptor" significa el Estado al que el condenado puede ser, o ha sido transferido, a fin de cumplir la condena que le ha sido impuesta;
- (e) "Estado de Transferencia" significa el Estado en el que se impuso la condena y del que el condenado puede ser, o ha sido transferido;
- (f) "condena" significa cualquier pena o medida de seguridad que involucre privación de libertad en el Estado de Transferencia ordenada por la autoridad judicial, por un período de tiempo limitado o indeterminado debido a un delito.

Artículo 2 Principios generales

1. Las dos Partes convienen en proporcionarse la mayor cooperación posible, en todas las cuestiones relativas a la transferencia de personas condenadas, conforme con las disposiciones de este Tratado.
2. Una persona condenada en el territorio de una de las Partes, podrá ser transferida conforme a las disposiciones de este Tratado, al territorio de la otra Parte a fin de que pueda cumplir su condena. A tal efecto, puede expresar al Estado de Transferencia o al Estado Receptor, su deseo de ser transferida conforme con este Tratado.
3. La transferencia podrá ser solicitada por el Estado de Transferencia, o por el Estado Receptor.

Artículo 3 Condiciones de la transferencia

El presente Tratado se aplicará bajo las siguientes condiciones:

- (a) que el condenado sea nacional del Estado Receptor, de acuerdo con lo definido en el inciso (b) del Artículo 1º de este Tratado;

- (b) que el condenado no haya sido sentenciado a la pena de muerte, salvo que ésta haya sido conmutada;
- (c) que la transferencia sea posible de acuerdo con las leyes y normas internas vigentes del Estado de Transferencia;
- (d) que la parte de la pena pendiente de cumplimiento en el momento de presentarse la solicitud sea de por lo menos doce meses, o que la pena sea indeterminada;
- (e) que la sentencia sea definitiva; que se hayan agotado todos los recursos de impugnación; o que el condenado haya renunciado a todos los derechos de impugnación;
- (f) que el condenado o su representante legal, en su nombre, por razón de su estado físico o mental, solicite y consienta por escrito la transferencia;
- (g) que los Estados de Transferencia y Receptor, acuerden la transferencia;
- (h) que los actos u omisiones que hayan dado lugar a la condena constituyan un delito conforme con la ley de ambas Partes.

Artículo 4 **Obligación de brindar información**

1. Las Partes notificarán las disposiciones de este Tratado a cualquier condenado al que pueda serle aplicado.
2. Si el condenado ha expresado al Estado de Transferencia interés en ser transferido conforme con este Tratado, el Estado de Transferencia informará al Estado Receptor a la mayor brevedad una vez que la sentencia haya quedado firme.
3. Se deberá incluir la siguiente información:
 - (a) nombre, fecha y lugar de nacimiento del condenado;
 - (b) su dirección si la posee, en el Estado Receptor;
 - (c) una relación de los hechos en los que se basó la condena;
 - (d) la naturaleza, duración y fecha de comienzo de la condena; y
 - (e) cualquier otra información que el Estado Receptor pueda necesitar, para permitirle considerar la posibilidad de transferencia e informar al condenado y al Estado de Transferencia, de las consecuencias completas de la misma, conforme con su legislación.
4. Si el condenado ha manifestado al Estado Receptor su deseo de ser transferido, el Estado de Transferencia, brindará a ese Estado a la mayor brevedad, la información a que se hace referencia en el párrafo 3 de este Artículo.
5. El condenado será informado, por escrito, de cualquier medida adoptada por el Estado de Transferencia o el Estado Receptor, en relación a su pedido de transferencia, así como de cualquier decisión adoptada por cualquiera de las Partes.

Artículo 5 **Solicitudes y respuestas**

1. Las solicitudes de transferencia se iniciarán mediante una petición por escrito presentada por la autoridad central del Estado solicitante, por la vía diplomática, a la autoridad central del Estado requerido.
2. A efectos de la aplicación de este Tratado, la autoridad central será, con relación a la República del Perú, el Ministerio de Relaciones Exteriores y, con relación a la República Federativa del Brasil, el Ministerio de Justicia.
3. El condenado será entregado por las autoridades competentes del Estado de

Transferencia a las del Estado Receptor, en un lugar acordado por las dos Partes. El Estado Receptor será responsable de la custodia y transporte del condenado desde el Estado de Transferencia.

4. Cada una de las Partes podrá rehusar la transferencia del condenado.
5. Si, por cualquier motivo, una de las Partes no aprueba la transferencia de un condenado, notificará su decisión sin demora a la otra Parte.
6. Antes que la transferencia tenga lugar, el Estado de Transferencia concederá al Estado Receptor, si éste lo solicita, la oportunidad de verificar, por intermedio de un funcionario designado conforme a las leyes de éste, que el consentimiento del condenado haya sido dado voluntariamente y con pleno conocimiento de las consecuencias legales inherentes a ello.
7. El Estado Receptor sufragará el costo del traslado físico del condenado de conformidad con las disposiciones de este Tratado, salvo el costo de esta naturaleza en que se haya incurrido exclusivamente en el territorio del Estado de Transferencia.

Artículo 6 **Documentos justificativos**

1. Si se solicita una transferencia, el Estado de Transferencia proporcionará al Estado Receptor los siguientes documentos:
 - (a) copia de la sentencia y de las normas legales aplicadas al condenado;
 - (b) constancia del tiempo de la condena que ya ha sido cumplida y por cumplir;
 - (c) una declaración que contenga el consentimiento a la transferencia a que se hace referencia en el inciso (f) del Artículo 3°;
 - (d) el informe médico sobre el condenado, si fuera el caso, así como información acerca de su tratamiento y cualquier recomendación relativa a su tratamiento ulterior;
 - (e) informe social sobre la conducta del condenado durante su permanencia en el Centro de Reclusión.
2. Los documentos presentados por cualquiera de las Partes conforme con este Tratado, estarán exentos de toda formalidad de legalización consular.

Artículo 7 **Información sobre la ejecución de la sentencia**

El Estado Receptor proporcionará al Estado de Transferencia información sobre la ejecución de la sentencia:

- (a) a su solicitud;
- (b) cuando considere que la condena haya sido cumplida; o
- (c) si el condenado fuga.

Artículo 8 **Jurisdicción**

1. El Estado de Transferencia retendrá la jurisdicción exclusiva con relación a las condenas impuestas y cualquier procedimiento que disponga la revisión, modificación o cancelación de las sentencias emitidas por sus autoridades judiciales. Mantendrá asimismo el derecho exclusivo de otorgar indulto, amnistía o clemencia al condenado. Al serle comunicada cualquier decisión a este respecto, el Estado Receptor le dará cumplimiento.
2. La pena o medida de seguridad impuesta al condenado será aplicada según las leyes y

reglamentos vigentes en el Estado Receptor. La naturaleza o duración de la condena impuesta por el Estado de Transferencia, no podrá ser modificada en ningún caso.

3. La entrega del condenado a las autoridades competentes del Estado Receptor, suspenderá la ejecución de la condena en el Estado de Transferencia.

4. El Estado Receptor no podrá continuar ejecutando la condena en el caso que el Estado de Transferencia considerara que la condena ha quedado cumplida, de acuerdo a sus leyes y reglamentos.

Artículo 9
Aplicación temporal

Este Tratado se aplicará a la ejecución de sentencias impuestas antes o después de su entrada en vigencia.

Artículo 10
Ratificación, entrada en vigencia y término

1. Cada una de las Partes notificará a la otra una vez que sus respectivos procedimientos constitucionales y legales internos, requeridos para permitir que este Tratado entre en vigencia, hayan quedado concluidos. Este Tratado entrará en vigencia, en la fecha del intercambio de los respectivos instrumentos de ratificación.

2. Cualquiera de las Partes podrá dar por terminado este Tratado, mediante una comunicación escrita a la otra Parte. Dicha terminación será efectiva, transcurrido un período de 6 meses posteriores a la fecha de recepción de la citada comunicación.

3. Independientemente de su término, este Tratado continuará aplicándose a la ejecución de sentencias de condenados que hayan sido transferidos conforme con este Tratado antes de la fecha en que entre en vigencia su terminación. Asimismo, este Tratado se aplicará a las solicitudes de transferencia que se encuentren en trámite.

En fe de lo cual los firmantes, debidamente autorizados para ello por sus respectivos Gobiernos, suscriben el presente Tratado.

Hecho en dos ejemplares en Lima, el 25 de agosto de 2003, en los idiomas castellano y portugués, dando cada texto igualmente fe.

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DEL PERU

[TRANSLATION – TRADUCTION]

TREATY ON THE TRANSFER OF CONVICTED PERSONS BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PERU

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru (hereinafter referred to as “the Parties”),

Desiring, through the adoption of appropriate methods, to facilitate the social rehabilitation of convicted persons,

Considering that these objectives should be met by ensuring that foreign nationals who are deprived of their liberty as a result of a criminal offence are given the opportunity of serving their sentences within their own society,

Have agreed as follows:

Article 1. Definitions

For the purposes of this Treaty:

- (a) "Judgement" means a judicial decision imposing a sentence;
- (b) "National" means, with reference to the Parties, a person recognized as such under their constitutional provisions;
- (c) "Convicted person" means a person who is serving a sentence pursuant to a final judgement issued in the territory of one of the Parties;
- (d) "Receiving State" means the State to which the convicted person may be, or has been, transferred in order to serve the sentence that has been imposed on him;
- (e) "Transferring State" means the State in which the sentence was imposed and from which the convicted person may be, or has been, transferred;
- (f) "Sentence" means any punishment or measure involving deprivation of liberty ordered by the judicial authority in the transferring State for a limited or unlimited period of time on account of a criminal offence.

Article 2. General principles

1. The Parties undertake to afford each other the widest measure of cooperation in all matters relating to the transfer of convicted persons in accordance with the provisions of this Treaty.

2. A person convicted in the territory of one of the Parties may be transferred to the territory of the other Party, in accordance with the provisions of this Treaty, in order to serve the sentence imposed on him. To that end, he may express his interest to the transferring State or the receiving State in being transferred under this Treaty.

3. Transfer may be requested by either the transferring State or the receiving State.

Article 3. Conditions for transfer

This Treaty shall apply subject to the following conditions:

- (a) That the convicted person is a national of the receiving State, as defined in article 1(b) of this Treaty;
- (b) That the convicted person has not been sentenced to death, unless the sentence has been commuted;
- (c) That the transfer is lawful under the domestic legislation of the transferring State;
- (d) That, at the time of receipt of the request for transfer, the convicted person still has at least twelve months of the sentence to serve, or that the sentence is indeterminate;
- (e) That the judgement is final; that all available appeal remedies have been exhausted, or that the convicted person has waived all his rights of appeal;
- (f) That the convicted person, or his legal representative acting on his behalf because of his physical or mental condition, requests and consents to the transfer in writing;
- (g) That the receiving and transferring States agree to the transfer;
- (h) That the acts or omissions on account of which the sentence has been imposed constitute a criminal offence according to the law of both Parties.

Article 4. Obligation to furnish information

1. Any convicted person to whom this Treaty may apply shall be informed by the Parties of its provisions.

2. If the convicted person has expressed an interest to the transferring State in being transferred under this Treaty, that State shall so inform the receiving State as soon as practicable after the judgement becomes final.

3. The information shall include:

- (a) The name, date and place of birth of the convicted person;
- (b) His address, if any, in the receiving State;
- (c) A statement of the facts upon which the sentence was based;
- (d) The nature, duration and date of commencement of the sentence; and
- (e) Any other information that the receiving State may require, in order to enable it to consider the possibility of transfer and to inform the convicted person and the transferring State of the full consequences of such transfer, in accordance with its legislation.

4. If the convicted person has expressed to the receiving State his interest in being transferred, the transferring State shall communicate to that State without delay the information referred to in paragraph 3 of this article.

5. The convicted person shall be informed, in writing, of any action taken by the transferring State or the receiving State on his request for transfer, as well as of any decision reached by either of the Parties.

Article 5. Requests and replies

1. Requests for transfer shall be made in writing, and shall be communicated by the central authority of the requesting State, through the diplomatic channel, to the central authority of the requested State.

2. For the purposes of this Treaty, the central authority shall be, in the case of the Republic of Peru, the Ministry of Foreign Relations, and, in the case of the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Justice.

3. The convicted person shall be delivered by the competent authorities of the transferring State to those of the receiving State at a place agreed upon by both Parties. The receiving State shall be responsible for the custody and transport of the convicted person from the transferring State.

4. Either Party may refuse to agree to the transfer of the convicted person.

5. If for any reason one of the Parties does not agree to the transfer of a convicted person, it shall communicate its decision without delay to the other Party.

6. Prior to the transfer, the transferring State shall afford an opportunity to the receiving State, if that State so requests, to verify through an official designated by the receiving State in accordance with its laws that the consent of the convicted person to the transfer was given voluntarily and with full knowledge of the legal consequences thereof.

7. The receiving State shall defray the cost of the conveyance of the convicted person under this Treaty, except such costs as are incurred exclusively in the territory of the transferring State.

Article 6. Supporting documents

1. If a transfer is requested, the transferring State shall provide the following documents to the receiving State:

- (a) A copy of the judgement and the statutes under which the convicted person was sentenced;
- (b) A statement indicating how much of the sentence has already been served and how much remains to be served;
- (c) A declaration containing the consent to the transfer as referred to in article 3(f);
- (d) Whenever appropriate, a medical report on the convicted person, information about his treatment, and any recommendation for his further treatment;
- (e) A social report on the behaviour of the convicted person during his confinement in the detention facility.

2. Documents provided by either Party under this Treaty shall be exempt from all consular legalization procedures.

Article 7. Information on enforcement

The receiving State shall provide information to the transferring State concerning the enforcement of the sentence:

- (a) Upon request;
- (b) When it considers enforcement of the sentence to have been completed; or
- (c) If the convicted person escapes from custody.

Article 8. Jurisdiction

1. The transferring State shall retain exclusive jurisdiction regarding the sentences imposed and any procedures for revision, modification or cancellation of the judgements issued by its judicial authorities. It shall also retain the exclusive right to grant pardon, amnesty or clemency to the convicted person. The receiving State, upon being notified of any decision in that connection, shall give effect thereto.

2. The punishment or measure imposed upon the convicted person shall be enforced in accordance with the laws and regulations in force in the receiving State. The nature or duration of the sentence imposed by the transferring State shall not be altered under any circumstances.

3. The taking into charge of the convicted person by the competent authorities of the receiving State shall have the effect of suspending the enforcement of the sentence in the transferring State.

4. The receiving State may no longer enforce the sentence if the transferring State considers that the sentence has been served, in accordance with its domestic laws and regulations.

Article 9. Temporal application

This Treaty shall be applicable to the enforcement of sentences imposed either before or after its entry into force.

Article 10. Ratification, entry into force and termination

1. Each Party shall notify the other once its constitutional and legal procedures required for the entry into force of this Treaty have been completed. This Treaty shall enter into force on the date on which instruments of ratification are exchanged.

2. Either Party may terminate this Treaty by given written notice to the other Party. Termination shall become effective six (6) months after receipt of such notice.

3. However, this Treaty shall continue to apply to the enforcement of sentences of persons who have been transferred in accordance with this Treaty before the date on which its termination takes effect. This Treaty shall also apply to requests for transfer that are in process at the time of termination.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized thereto by their respective Government, have signed this Treaty.

DONE at Lima on 25 August 2003, in duplicate, in the Spanish and Portuguese languages, each language version being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

For the Government of the Republic of Peru:

ALLAN WAGNER TIZÓN

[TRANSLATION – TRADUCTION]

TRAITÉ RELATIF AU TRANSFERT DE PERSONNES CONDAMNÉES
ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU
BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou (ci-après dénommés « les Parties »),

Désireux d'encourager la réinsertion sociale des personnes condamnées par l'adoption de méthodes appropriées,

Considérant que ces objectifs doivent être atteints en offrant aux ressortissants étrangers privés de leur liberté suite à un délit, la possibilité de purger leur peine dans leur propre pays,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier. Définitions

Aux fins du présent Traité :

- (a) Le terme « jugement » signifie une décision judiciaire qui impose une condamnation;
- (b) Le terme « ressortissant » s'entend, par rapport aux Parties, de toute personne qui, conformément aux lois constitutionnelles du pays, en possède la nationalité;
- (c) L'expression « personne condamnée » désigne une personne qui purge une peine ferme prononcée sur le territoire d'une des Parties;
- (d) L'expression « État d'accueil » signifie l'État vers lequel la personne condamnée peut être ou a été transférée pour y purger la peine qui lui a été imposée;
- (e) L'expression « État de transfèrement » désigne l'État dans lequel la condamnation a été imposée et à partir duquel la personne condamnée peut être ou a été transférée;
- (f) Le terme « condamnation » signifie toute sanction ou mesure de sécurité impliquant la privation de liberté dans l'État de transfèrement, ordonnée par un tribunal pour une période limitée ou illimitée suite à un délit.

Article 2. Principes généraux

1. Les deux Parties s'engagent à s'accorder l'une l'autre le plus haut niveau possible de coopération, en ce qui concerne le transfèrement des personnes condamnées, conformément aux dispositions du présent Traité.

2. Une personne condamnée sur le territoire d'une des Parties peut être transférée sur le territoire de l'autre Partie, conformément aux dispositions du présent Traité, pour y purger la peine à laquelle elle a été condamnée. À cette fin, elle peut faire part à l'État de

transfèrement ou à l'État d'accueil de son intérêt pour un transfèrement aux termes du présent Traité.

3. Le transfèrement peut être demandé soit par l'État de transfèrement soit par l'État d'accueil.

Article 3. Conditions du transfèrement

Le présent Traité sera applicable si les conditions suivantes sont réunies :

- (a) La personne condamnée est, aux fins du présent Traité, un ressortissant de l'État d'accueil, conformément aux dispositions de l'alinéa (b) de l'article premier du présent Traité;
- (b) La personne condamnée n'a pas été condamnée à la peine de mort, sauf si la condamnation a été commuée;
- (c) Le transfèrement est possible selon les lois et les normes internes en vigueur dans l'État de transfèrement;
- (d) Au moment de la réception de la requête de transfèrement, la personne condamnée a encore au moins douze mois à purger sur sa peine ou la durée de la peine est indéterminée;
- (e) Le jugement est définitif et toutes les possibilités de recours sont épuisées ou la personne condamnée a renoncé à tous ses droits de recours;
- (f) La personne condamnée demande elle-même son transfèrement et y consent par écrit, ou son représentant légal le demande et y consent par écrit en son nom, compte tenu de son état physique ou mental;
- (g) L'État de transfèrement et l'État d'accueil sont d'accord sur le transfèrement;
- (h) Les actes ou omissions ayant donné lieu à la condamnation constituent un délit pénal au regard de la législation des deux Parties.

Article 4. Obligation d'informer

1. Toute personne à laquelle le présent Traité est susceptible de s'appliquer sera informée par les Parties de la substance du présent Accord.

2. Si la personne condamnée a fait connaître à l'État de transfèrement son souhait d'être transférée conformément aux termes du présent Traité, ledit État doit en informer l'État d'accueil le plus rapidement possible une fois le jugement prononcé sans appel.

3. Ces informations reprendront notamment les renseignements suivants :

- (a) Le nom, la date et le lieu de naissance de la personne condamnée;
- (b) Son adresse, si l'État d'accueil la possède;
- (c) Un exposé des faits sur lesquels la condamnation a été basée;
- (d) La nature, la durée et la date de début de la peine qui a été imposée; et
- (e) Toute autre information que l'État d'accueil pourrait nécessiter, pour lui permettre d'envisager la possibilité de transfèrement et d'informer la per-

sonne condamnée et l'État de transfèrement des conséquences intégrales de celui-ci, conformément à sa législation.

4. Si la personne condamnée a fait part à l'État d'accueil de son souhait d'être transférée, l'État de transfèrement remettra au plus vite audit État les informations signalées au paragraphe 3 du présent article.

5. La personne condamnée est informée par écrit de toute mesure prise par l'État de transfèrement ou par l'État d'accueil, ainsi que de toute décision prise par l'une ou l'autre des Parties en ce qui concerne sa demande de transfèrement.

Article 5. Demandes et réponses

1. Les demandes de transfèrement commenceront par une demande écrite transmise par l'autorité centrale de l'État requérant, par la voie diplomatique, à l'autorité centrale de l'État requis.

2. Aux fins de l'application du présent Traité, l'autorité centrale sera, en ce qui concerne la République du Pérou, le Ministère des relations extérieures et, en ce qui concerne la République fédérative du Brésil, le Ministère de la justice.

3. La personne condamnée sera remise par les autorités compétentes de l'État de transfèrement à celles de l'État d'accueil, dans un lieu convenu de commun accord par les deux Parties. L'État d'accueil sera responsable de la garde et du transport de la personne condamnée à partir de l'État de transfèrement.

4. Chacune des Parties pourra refuser le transfèrement de la personne condamnée.

5. Si, pour quelque motif que ce soit, une des Parties refuse le transfèrement d'une personne condamnée, elle doit immédiatement notifier l'autre Partie de sa décision.

6. Avant que le transfèrement ait lieu, l'État de transfèrement donnera à l'État d'accueil, à sa demande, la possibilité de vérifier, par l'intermédiaire d'un fonctionnaire désigné conformément à la législation de celui-ci, que le consentement de la personne condamnée a été donné de son plein gré et en toute connaissance des conséquences légales qui lui sont inhérentes.

7. L'État d'accueil prendra à sa charge les frais du transfert physique de la personne condamnée, conformément aux dispositions du présent Traité, à l'exception des frais de cette nature encourus exclusivement sur le territoire de l'État de transfèrement.

Article 6. Pièces justificatives

1. Dans le cas d'une demande de transfèrement, l'État de transfèrement devra fournir à l'État d'accueil les documents suivants :

- (a) Une copie du jugement et des dispositions juridiques appliquées à la personne condamnée;
- (b) La preuve de la durée de la condamnation qui est déjà purgée ou qui reste à purger;
- (c) Une déclaration qui reprend le consentement au transfèrement visé à l'alinéa (f) de l'article 3;

- (d) Le rapport médical de la personne condamnée, le cas échéant, ainsi que tout renseignement concernant son traitement et toute recommandation relative à un traitement ultérieur;
- (e) Le rapport social relatif à la conduite de la personne condamnée pendant son séjour au centre de détention.

2. Les documents soumis par l'une ou l'autre des Parties, conformément aux dispositions du présent Traité, seront exempts de toute formalité de légalisation consulaire.

Article 7. Informations relatives à l'exécution de la peine

L'État d'accueil fournira à l'État de transfèrement des informations sur l'exécution de la peine :

- (a) À sa demande;
- (b) Lorsqu'il considère que la condamnation a été purgée; ou
- (c) En cas de fuite de la personne condamnée.

Article 8. Juridiction

1. L'État de transfèrement conservera la juridiction exclusive par rapport aux condamnations imposées et à toute procédure concernant la révision, la modification ou la suppression des peines prononcées par ses autorités judiciaires. Il conservera de même le droit exclusif d'accorder sa grâce, son amnistie ou des remises de peines à la personne condamnée. Dès communication de toute décision à ce sujet, l'État d'accueil devra la mettre à exécution.

2. La peine ou mesure de sécurité imposée à la personne condamnée sera appliquée conformément aux lois et règlements en vigueur dans l'État d'accueil. La nature ou la durée de la condamnation imposée par l'État de transfèrement ne pourra en aucune circonstance être modifiée.

3. La remise de la personne condamnée aux autorités compétentes de l'État d'accueil aura pour effet de suspendre l'exécution de la peine dans l'État de transfèrement.

4. L'État d'accueil ne pourra plus faire exécuter la condamnation si l'État de transfèrement considère que la peine est purgée, conformément à sa législation et à sa réglementation.

Article 9. Application dans le temps

Le présent Traité s'appliquera à l'exécution des condamnations imposées avant ou après son entrée en vigueur.

Article 10. Ratification, entrée en vigueur et dénonciation

1. Chacune des Parties avertira l'autre de l'accomplissement de ses propres procédures constitutionnelles et légales internes requises pour l'entrée en vigueur du présent Traité. Le présent Traité entrera en vigueur à la date de l'échange des instruments de ratification respectifs.

2. L'une ou l'autre des Parties pourra dénoncer le présent Traité moyennant notification écrite à l'autre Partie. La dénonciation prendra effet à l'échéance d'une période de six (6) mois après la réception de ladite communication.

3. Indépendamment de sa dénonciation, le présent Traité continuera de s'appliquer à l'exécution des peines des personnes condamnées qui auront été transférées conformément aux dispositions du présent Traité avant la date d'application de sa dénonciation. Le présent Traité s'appliquera de même aux demandes de transfèrement en cours au moment de sa dénonciation.

EN FOI DE QUOI, les soussignés, dûment autorisés à cet effet par leurs Gouvernements respectifs, ont signé le présent Traité.

FAIT à Lima, le 25 août 2003, en deux exemplaires originaux, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

Pour le Gouvernement de la République du Pérou :

ALLAN WAGNER TIZÓN